



CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2026 – PMAV
ID CidadES Contratação: [2026.010E0700001.09.0036](#)
PROCESSO EDOCS Nº 2026-D1XXW

Torna-se público que a **Prefeitura Municipal de Atílio Vivacqua/ES**, por meio do seu **Agente de Contratação**, realizará Dispensa de Licitação, do tipo “**menor preço**”, com critério de julgamento “**por item**”, em conformidade com o art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **Decreto Municipal nº 318/2023** e Lei Complementar nº 123/06, e exigências estabelecidas neste Aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as condições do quadro de detalhamento a seguir:

DATA DA SESSÃO:	DIA 15/07/2026
LOCAL:	Sala de Licitações da PMAV
E-MAIL	licitacao@pmav.es.gov.br
EXCLUSIVO ME/EPP:	(x) SIM () NÃO
RESERVA DE COTAS ME/EPP:	(x) SIM () NÃO
FONE:	(28) 3026-9600
HORÁRIO:	09:30

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de materiais de copa e cozinha, para atender as secretarias municipais de Atílio Vivacqua - ES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em itens, conforme tabela em anexo.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observado o valor máximo aceitável apurado através do orçamento estimável, para cada item e demais exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

1.3.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

2.1. Poderão participar da presente dispensa os fornecedores interessados, atuantes no ramo pertinente ao objeto, que atendam às exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

2.2. O fornecedor interessado, em razão da prevalência dos atos virtualizados na Lei 14.133/2021, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará através do E-mail: licitacao@pmav.es.gov.br a sua proposta de preços, nos moldes estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta.

2.2.1. É facultada a entrega da proposta comercial no protocolo geral desta Prefeitura Municipal até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão.

2.3. Será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, observadas as disposições constantes do art. 4º, *caput*, da Lei nº 14.133/21, de acordo com o objeto da contratação da presente Dispensa.



2.4. Não poderão participar desta dispensa os interessados:

2.4.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.4.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.4.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

a.1) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g) impedidos de contratar no âmbito da Municipalidade, nos termos do art. 156, III, §4º, da Lei nº 14.133/2021;

h) declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.3.1. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.4.4. Por se tratar de processo de dispensa de licitação, onde se prima pela celeridade processual, não poderão participar empresas que estejam constituídas em sociedades cooperativas.

2.4.5. Caberá aos interessados acompanhar o procedimento da presente dispensa, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância ou



desatendimento de qualquer mensagem encaminhada nos e-mails emitidos pela Administração, ainda que tenha sido direcionada automaticamente para a sua caixa de spam.

3. DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1. As propostas serão encaminhadas por e-mail ou protocoladas no Protocolo Geral deste Município na forma do modelo constante do Anexo II, contendo a descrição do objeto ofertado, a marca do produto e o preço, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência, de forma clara e detalhada, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos, sob pena de desclassificação:

- a) ser elaborada em papel timbrado da empresa, preenchida e redigida em língua portuguesa, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada a última folha e rubricada as demais pelo representante legal do interessado ou procurador legítimo e legalmente constituído e comprovado por procuração vigente encaminhada juntamente com a proposta;
- b) deverá conter a razão social, endereço completo, número de inscrição no CNPJ, o número do telefone, e-mail;
- c) descrição completa e detalhada do objeto, sendo obrigatório especificar a sua marca, quando necessário, não sendo admitido duas ou mais marcas para o mesmo item;
- d) preço unitário e total dos itens, expressos em numeral e em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência;
- e) constar o número da conta corrente, o nome da instituição financeira e a respectiva agência onde deseja receber seu pagamento;
- f) prazo de validade da proposta: no mínimo de 60 (sessenta) dias corridos;
- g) prazo de entrega/execução: CONFORME TERMO DE REFERENCIA, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviços;

3.2. O proponente deverá enviar a sua proposta pelo e-mail especificado ou protocolá-la no Protocolo Geral deste Município, sendo desconsideradas propostas posteriores eventualmente encaminhadas por ele.

3.3. Conforme o modelo da proposta – ANEXO II, o proponente declara que o seu preço compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o proponente.

3.5. Em caso de divergência de valores entre o preço unitário e o valor total, prevalecerá o valor unitário.

3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA NEGOCIAÇÃO



- 4.1. Na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Aviso, será realizada sessão pública para classificação e julgamento das propostas e análise dos documentos de habilitação enviados pelos interessados em participar da dispensa.
- 4.2. A sessão será processada com ou sem a presença dos interessados, sendo os prazos conferidos pelo condutor da dispensa registrados em ata e havendo necessidade de suspensão ou encerramento da sessão, esta será automaticamente reaberta no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário inicialmente estabelecido, sendo os participantes informados por e-mail, e ficando sob a sua responsabilidade o acompanhamento dos atos.
- 4.3. Os interessados que não participarem presencialmente da sessão, deverão manter-se atentos a caixa de e-mails do endereço informado na proposta, inclusive verificando a caixa de *spam*, sendo desclassificados se não atenderem os prazos conferidos pelo Agente Condutor nas mensagens enviadas.
- 4.4. O Agente Condutor verificará a conformidade das propostas quanto à adequação do objeto e a compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, e classificará o primeiro melhor preço.
- 4.5. Definido o resultado do julgamento o Agente Condutor negociará condições mais vantajosas com o primeiro colocado, através de e-mail.
- 4.5.1. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 4.5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação e readequado o valor da proposta, será enviado proposta ajustada, e se necessário documentos complementares, em até 2 (dois) dias úteis após notificação por e-mail.
- 4.6. O procedimento de classificação das propostas e de negociação será registrado em ata.
- 4.7. Se as propostas forem desclassificadas ou todos os fornecedores inabilitados (procedimento fracassado) ou não houverem interessados (procedimento deserto), a Administração poderá:
- 4.7.1. valer-se para a contratação, de cotação obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, na ordem de classificação do menor preço, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas, após notificação por e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis.
- 4.7.1.1. apreciada a cotação e a documentação de habilitação do fornecedor, e atendidos os critérios exigidos para a contratação, este será declarado vencedor.
- 4.7.2. republicar o presente Aviso com uma nova data, respeitados os prazos mínimos e pelas mesmas vias da publicação anterior.
- 4.8. Será desclassificada a proposta que:
- 4.8.1. conter vícios insanáveis;
- 4.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 4.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



4.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.8.6. apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e de mercado.

4.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.11. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

4.13. Todos os documentos de habilitação encaminhados pelos proponentes serão impressos e arquivados no processo físico, e lançados em ata.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. Após o julgamento das propostas, a(s) empresa(s) provisoriamente classificadas em primeiro lugar deverão enviar os documentos de habilitação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contadas da solicitação do Agente Condutor, através do e-mail especificado no preâmbulo deste Aviso ou de protocolo deste Município.

5.2. Como condições prévias ao exame da documentação de habilitação do proponente provisoriamente classificado em primeiro lugar, o Agente Condutor verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante as seguintes consultas:

a) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas/CEIS, através do endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas/CNEP, através do endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade/CNJ através do endereço http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

d) consulta do banco de dados de penalidades desta Municipalidade.

5.2.1. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o Agente Condutor julgará inabilitada a licitante.

5.3. Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação e inexistência de sanções, a habilitação da licitante será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

5.3.1. Habilitação Jurídica:



I- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; ou

II- Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

III- Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

5.3.2. Habilitação Fiscal, social e trabalhista:

I - a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3.3. Habilitação Econômico-Financeira:

I – Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

II – No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

5.4. Havendo necessidade de envio de documentos de habilitação complementares à confirmação daqueles exigidos e já apresentados, a pedido do Agente Condutor, o fornecedor fará a remessa em formato digital no e-mail que receber a solicitação, no prazo de até 02 dias úteis, sob pena de inabilitação.

5.5. Quando houver dúvida em relação à integridade do documento digitalizado, o Agente Condutor poderá requerer a comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais.

5.6. O proponente enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, não estará dispensado das seguintes comprovações:

I - apresentar prova de inscrição municipal quando da atividade de prestação de serviços;

II - apresentar prova de inscrição estadual quando da atividade de comércio, indústria e transportes intermunicipais e interestaduais;



5.7. Na hipótese do proponente melhor colocado não atender às exigências para a habilitação, o Agente examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.8. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.8.1. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado e o Agente Conductor declarará em ata o proponente vencedor e encaminhará o procedimento de dispensa à autoridade competente para a adjudicação e a homologação do objeto da contratação e suas respectivas publicações.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou instrumento equivalente, conforme Anexo III.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização de Fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

6.3. Alternativamente, a Administração enviará o Termo de Contrato ou instrumento equivalente para a assinatura digital, e a devolução pelo contrato@pmav.es.gov.br.

6.4. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente vinculará a contratada à sua proposta e as previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

6.4.1. A Contratada reconhecerá que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.5. O prazo de vigência da contratação será CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, prorrogável conforme previsão contida na minuta de contrato anexo a este Aviso de Contratação Direta.

7. DAS SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que incidir em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

7.1.9. fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa;

7.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A homologação do resultado desta contratação direta será divulgada no Órgão Oficial do Município de Atílio Vivacqua e mantido no site oficial do Município de Atílio Vivacqua /ES.

8.2. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Agente Condutor na respectiva notificação.

8.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente Condutor poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.4. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.5. Os casos omissos serão subsidiados em conformidade com as disposições da Lei Federal 14.133/2021.

8.6. Os interessados poderão obter este Aviso completo através do e-mail licitacao@pmav.es.gov.br ou através do site oficial deste Município.

8.7. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA;
ANEXO II - FORMULÁRIO MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO;
ANEXO IV - RELATORIO DE ITENS.**

Atílio Vivacqua/ES, 09 de julho de 2026.

William de Araujo Constantino
Agente de Contratações



ANEXO I – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERENCIA

O Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência está disponível na sala do Núcleo de Licitações e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Atílio Vivacqua/ES
(<https://www.pmav.es.gov.br/licitacao>).



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ÓRGÃO: <u>PREFEITURA MUNICIPAL DE ATÍLIO VIVACQUA</u>			
PROCESSO EDOCS N° 2026-D1XXW		DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 036/2026 - PMAV	
RAZÃO SOCIAL:		CNPJ/CPF:	
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
CIDADE/UF:	CEP:	TELEFONE:	
REPRESENTANTE LEGAL:		CPF:	
RG:	E-mail:		

PROPOSTA:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		UN				
VALOR TOTAL						R\$ 0,00

O prazo de validade da proposta é de ____ () dias corridos.

Nome do banco indicado para o pagamento: _____, Agência: ____, Conta Corrente: ____.

Prazo de entrega/execução: ____ () dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviços.

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas na presente contratação direta, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dela fazem parte.

Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

_____-UF, ____ de ____ de 202__.

Nome e Assinatura do representante legal



ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATILIO VIVACQUA
AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por meio de sua (eu) representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, para os devidos fins, que não possui em seu quadro societário qualquer servidor público ativo, empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista, nem qualquer agente público ou terceiro que, direta ou indiretamente, possa configurar conflito de interesse, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes.

DECLARO, para os devidos fins, especialmente para atender ao disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, que:

☐ **NÃO** há componente do quadro societário da empresa que mantenha vínculo de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com qualquer autoridade nomeante, servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento, ou autoridade da mesma pessoa jurídica investida em cargo de direção na Administração Pública Direta ou Indireta do Município de Atílio Vivacqua.

☐ Há componente do quadro societário da empresa que Mantém vínculo de parentesco na condição de _____ do servidor público deste município de nome _____ ocupante do cargo de _____ inscrito na matrícula nº _____.

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade desta declaração implicará nas sanções legais cabíveis, inclusive as previstas na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

Por ser verdade, firmo a presente.

_____, _____ DE _____ DE 20....

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal



ANEXO IV – RELATORIO DE ITENS

Item	Material	Unidade	Quantidade e Mínima	Quantidade e Máxima	Preço Unitário	Preço Total
1	CONCHA DE ALUMÍNIO Nº 09	UN	1,000	6,000	56,03	336,18
2	ESCUMADEIRA DE ALUMÍNIO Nº 12	UN	1,000	6,000	56,03	336,18
3	FACA DE MESA EM AÇO INOX	UN	1,000	52,000	13,87	721,24
4	GARFO DE MESA EM AÇO INOX	UN	1,000	52,000	13,87	721,24
5	GARFO DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL (REFEIÇÃO) - 50 UNID	UN	1,000	39,000	17,50	682,50
6	COLHER DE MESA EM AÇO INOX	UN	1,000	72,000	13,87	998,64
7	CONCHA EM AÇO INOX COM CABO INTEIRIÇO - TAMANHO MÉDIO	UN	1,000	1,000	20,88	20,88
8	FACA PARA CARNE LAMINA EM AÇO INOX 6" COM FIO LISO, CABO EM POLIPROPILENO	UN	1,000	5,000	62,90	314,50
9	FACA DE SERRA GRANDE PARA PÃO COM CABO PLASTICO TAMANHO 32 C M	UN	1,000	2,000	39,22	78,44
10	PRATO DE VIDRO - RASO	UN	1,000	5,000	28,01	140,05
11	LEITEIRA DE INOX - 05 LITROS	UN	1,000	1,000	69,91	69,91
12	POTE PLÁSTICO COM TAMPAS - CAPACIDADE DE 500ML	UN	1,000	5,000	11,20	56,00
13	PENEIRA MÉDIA DE PLÁSTICO	UN	1,000	1,000	22,28	22,28
14	PRATO DE VIDRO - FUNDO 22CM	UN	1,000	12,000	17,50	210,00
15	LEITEIRA DE ALUMINIO - 02 LITROS	UN	1,000	4,000	64,31	257,24
16	PANELA DE PRESSÃO - 7 LITROS	UN	1,000	1,000	153,55	153,55
17	ESCORREDOR DE MACARRÃO DE PLÁSTICO (GRANDE)	UN	1,000	1,000	61,64	61,64
18	CANECÃO DE ALUMÍNIO 3 LITROS COM ALÇA	UN	1,000	4,000	97,51	390,04
19	COADOR DE PANO P/ CAFÉ - TAMANHO MÉDIO	UN	1,000	16,000	17,50	280,00
20	PANELA DE PRESSÃO INDUSTRIAL 20 LITROS, VALVULA DE SILICONE E ALÇA	UN	1,000	2,000	1.055,68	2.111,36
21	PRATO DESCARTAVEL SOBREMESA 15 CM - PCT COM 10 UNID	PT	1,000	45,000	11,89	535,05
22	PRATO DESCARTAVEL REFEIÇÃO 22CM - PCT COM 10 UNID	PT	1,000	165,000	18,20	3.003,00
23	FORMA PARA BOLO EM ALUMINIO RETANGULAR 28 X 40CM	UN	1,000	2,000	69,49	138,98
24	FORMA PARA BOLO EM ALUMINIO RETANGULAR 30 X 50CM	UN	1,000	2,000	97,93	195,86
25	BACIA PLASTICA TAMANHO GRANDE - 20 LITROS	UN	1,000	3,000	60,23	180,69
26	BACIA PLASTICA TAMNHO MEDIO - 15 LITROS	UN	1,000	7,000	44,82	313,74
27	ABRIDOR DE LATAS	UN	1,000	2,000	4,89	9,78



28	COADOR DE PANO PARA CAFÉ - TAMANHO GRANDE (CAPACIDADE PARA 0 1 LITRO)	UN	1,000	18,000	19,60	352,80
29	TÁBUA DE POLIETILENO PARA CARNE - 40 X 50 X 2 CM	UN	1,000	4,000	77,04	308,16
30	BANDEJA INOX DIÂMETRO 60	UN	1,000	5,000	126,08	630,40
31	GARRAFA TÉRMICA PRESSÃO 1,8LTS INOX/PRETO C/ BOTÃO SUPERIOR	UN	1,000	7,000	167,56	1.172,92
32	COPO DE VIDRO TRANSPARENTE 300ML	UN	1,000	56,000	13,30	744,80
33	XÍCARA PEQUENA PORCELANA COM ALÇA 150ML	UN	1,000	36,000	19,60	705,60
34	XÍCARA GRANDE DE PORCELANA COM ALÇA 380ML	UN	1,000	12,000	45,67	548,04
35	CONJUNTO DE PORTA MANTIMENTOS, EM PLÁSTICO RESISTENTE, CONTE NDO 5 POTES	CJ	1,000	4,000	125,95	503,80
36	CANECÃO DE ALUMÍNIO 5 LITROS COM ALÇA	UN	1,000	4,000	139,38	557,52
37	JARRA DE PLÁSTICO - 02 LITROS	UN	1,000	8,000	28,01	224,08
38	POTE PLÁSTICO C/ TAMPA 10 LITROS	UN	1,000	17,000	140,09	2.381,53
39	PANELA DE ALUMINIO POLIDO Nº. 26 COM TAMPA	UN	1,000	2,000	153,55	307,10
40	JARRA DE VIDRO - 02 LITROS	UN	1,000	10,000	84,05	840,50
41	COLHER DE MADEIRA (TIPO PÁ) 45CM	UN	1,000	1,000	14,00	14,00
42	COLHER INOX GRANDE (COM CABO INTEIRIÇO)	UN	1,000	3,000	30,68	92,04
43	POTE PLÁSTICO COM TAMPA - 3 LITROS	UN	1,000	3,000	26,61	79,83
44	POTE PLÁSTICO COM TAMPA - 4 LITROS	UN	1,000	2,000	32,08	64,16
45	POTE PLÁSTICO COM TAMPA - 5 LITROS	UN	1,000	14,000	40,33	564,62
46	PAPEL TOALHA BRANCO P/ COZINHA - 02 ROLOS	UN	1,000	192,000	9,80	1.881,60
47	GUARDANAPO EM PAPEL 24 X 22 CM PACOTE COM 50 UNIDADES	UN	1,000	140,000	5,59	782,60
48	SACOLA PARA HOT-DOG - PACOTE COM 100 UNIDADES	UN	1,000	75,000	12,60	945,00
49	COLHER DESCARTÁVEL REFEIÇÃO PCT. COM 50 UNIDADES	UN	1,000	39,000	18,20	709,80
50	PANO DE PRATO, MACIO E ABSORVENTE, DE SACO, MEDINDO 50 X 70 CM.	UN	1,000	94,000	12,60	1.184,40
51	COPO DESCARTÁVEL BRANCO 200 ML - PACOTE COM 100 UNIDADES	UN	1,000	1.528,000	10,55	16.120,40
52	COPO DESCARTÁVEL BRANCO - 50 ML COM 100 UNIDADES	UN	1,000	628,000	5,59	3.510,52
53	PANELA DE ALUMÍNIO POLIDO Nº 50 COM TAMPA	UN	1,000	2,000	839,87	1.679,74
54	FOSFORO - EMBALAGEM COM 10 CAIXINHAS	UN	1,000	16,000	9,80	156,80
55	PAPEL ALUMÍNIO 30 CM X 7,5 METROS	UN	1,000	10,000	21,00	210,00
56	PRATO DESCARTÁVEL FUNDO DE ISOPOR 15CM -PCT COM 30 UNIDADES (CUMBUCA)	UN	1,000	75,000	23,80	1.785,00



57	ESCORREDOR INDUSTRIAL DE ALUMÍNIO PARA ARROZ, MACARRÃO E AFINES - 11 LITROS	UN	1,000	1,000	419,73	419,73
58	COLHER DE ARROZ EM ALUMÍNIO INDUSTRIAL 42 CM	UN	1,000	10,000	84,05	840,50
59	PANELA DE PRESSÃO - 10 LITROS	UN	1,000	2,000	547,22	1.094,44
60	JARRA DE PLÁSTICO - 04 LITROS	UN	1,000	8,000	83,50	668,00
61	SOCADOR DE ALHO GRANDE	UN	1,000	3,000	111,52	334,56
62	GARRAFA TÉRMICA 12 LITROS	UN	1,000	3,000	312,42	937,26
63	TOALHA DE PLÁSTICO FLANELADO P/ MESA 1.30 x 3.00M (COR A DEFINIR)	UN	1,000	2,000	125,53	251,06
64	TOALHA DE MESA 1,30 X 3,00M (COR A DEFINIR)	UN	1,000	3,000	111,52	334,56
65	PANO DE PRATO, 100% ALGODÃO, ESTAMPAS VARIADAS, COM BAINHA, TAMANHO 41 X 66 CM	UN	1,000	26,000	18,20	473,20
66	TOALHA DE MESA EM POLIÉSTER DE RENDA SORTIDA TAM. 1.30 X 3.00M GRAMATURA: 100 G.	UN	1,000	4,000	153,55	614,20
67	GARRAFA TÉRMICA EM INOX, MÍNIMO 3L, FUNCIONAMENTO POR PRESSÃO NA VÁLVULA	UN	1,000	4,000	377,70	1.510,80
68	ACENDEDOR AUTOMÁTICO DE FOGÃO PRETO DIMENSÕES (AXLXC): 2,5X2 2X1,5CM PESO: 35G	UN	1,000	8,000	37,81	302,48
69	GARRAFA TÉRMICA INOX 1L DE PRESSÃO/APERTAR	UN	1,000	4,000	181,57	726,28
70	SACO DE PIPOCA EM PAPEL 15X8 CM MÉDIO Nº 03 - COM 500 UNIDADES	PT	1,000	6,000	21,00	126,00
71	BACIA DE PLÁSTICO 50 LITROS	UN	1,000	3,000	167,56	502,68

Total da Estimativa: R\$ 60.532,48